

R&C 2016

6_Anexo às Demonstrações Financeiras

Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta N.º 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

A empresa tem como atividade principal a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”, acessoriamente, compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do estado.

É entendimento da Administração que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro /NCRF, adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

2.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Conforme previsto na NCRF.3 as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilidade adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

A) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS de VIDA ÚTIL	TAXAS
_ Edifícios e outras construções	10	10 %
_ Equipamento básico	8 a 12	entre 8,33 % e 12,5 %
_ Equipamento transporte	4	25 %
_ Equipamento administrativo	3 a 10	entre 10 % e 33,33 %
_ Outros activos	4 a 8	entre 12,5 % e 25 %

B) Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

São registadas como gastos do período em que ocorrem as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

C) Subsídios governamentais

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras Variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

D) Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e quatro anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

A ECALMA encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,45%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado. Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o

correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

E) Clientes e outros créditos a receber

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

F) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez e com cotação, estando, por isso, valorizados pelo justo valor, com variações anuais em resultados.

G) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

H) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As rubricas “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

I) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido no momento em que estes são

validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

J) Participações financeiras

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

L) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período. Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

M) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço (se materiais) são refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras.

N) Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

O) Capital Social

As ações são classificadas em capital próprio.

P) Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis – a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas;
- II) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber – A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais; em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber;
- III) provisões;
- IV) imposto sobre o rendimento;
- V) estimativa de férias, subsídio de férias e respectivos encargos com a segurança social.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Caixa e depósitos bancários

Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2015, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, foi o seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Caixa	20.217,96	13.066,19
Depósitos à ordem	209.563,74	222.807,19
Outros depósitos bancários	47.360,97	32.313,39
	277.142,67	268.186,77

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

ATIVO BRUTO									
	Saldo em 1. jan. 2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Terrenos e recursos naturais									
Edif. e outras construções	178.775,73				178.775,73			13.467,30	192.243,03
Equipamento básico	951.113,38	82.065,28			1.033.178,66	73.050,00	17.534,12		1.088.694,54
Eqp. de transporte	79.289,13	9.000,00			88.289,13				88.289,13
Eqp. administrativo	175.397,85	16.892,94			192.290,79	40.460,80	8.117,18	(1.877,15)	222.757,26
Act. fixos tangíveis em curso	13.467,30				13.467,30			(13.467,30)	-
Outros act. fixos tangíveis	14.551,73	394,03			14.945,76		701,05		14.244,71
	1.412.595,12	108.352,25			1.520.947,37	113.510,80	26.352,35	(1.877,15)	1.606.228,67
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
	Saldo em 1. jan. 2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	124.409,27	23.174,04			147.583,31	14.077,42			161.660,73
Equipamento básico	684.885,80	77.491,87		(13.574,95)	748.802,72	83.126,37	17.534,12	(243,33)	814.151,64
Equipamento de transporte	76.082,51	10.684,26		(7.641,65)	79.125,12	2.446,08			81.571,20
Equipamento administrativo	160.502,90	11.864,01		(1.081,38)	171.285,53	14.975,05	8.117,18	(253,73)	177.889,67
Outros activos fixos tangíveis	11.404,49	1.348,59			12.753,08	990,20	701,05		13.042,23
	1.057.284,97	124.562,77		(22.297,98)	1.159.549,76	115.615,12	26.352,35	(497,06)	1.248.315,47
ATIVO LIQUIDO	355.310,15				361.397,61				357.913,20

As aquisições relevadas na rubrica equipamento básico incluem investimento em novos parquímetros.

6. Ativos fixos intangíveis

No período findo em 31-12-2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO					
	Saldo em 1. jan. 2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Programas de computador		4.249,04			4.249,04
		4.249,04			4.249,04

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS					
	Saldo em 1. jan. 2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Programas de computador		262,87			262,87
		262,87			262,87

ATIVO LIQUIDO					3.986,17
----------------------	--	--	--	--	-----------------

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Clientes conta corrente		
Saldos não vencidos	8.260,66	3.725,99
Saldos vencidos (31-60 dias)	1.726,48	1.924,38
	9.987,14	5.650,37

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Ativo		
IRC – PPC e PEC	16.112,56	14.666,10
IRC – Ret Fonte	15,78	6,04
	16.128,34	14.672,14
Passivo		
IRC - Imposto sobre o rend. Das pessoas coletivas	1.537,79	2.895,67
IRS - Imposto sobre o rend. Das pessoas singulares	6.044,35	6.158,50
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	15.875,79	11.756,26
Contribuição p/ Seg. Social	23.209,34	20.171,75
	46.667,27	40.982,18
VALOR LIQUIDO	30.538,93	26.310,04

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Operações com o pessoal	967,19	-
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Facturação a emitir	6.295,92	-
Outros Devedores	3.544,03	4.167,82
Fornecedores (saldos devedores)	2.407,43	-
	13.214,57	4.167,82

A rubrica de Devedores por Acréscimo de Rendimentos inclui o valor das contraordenações, referentes a dezembro, a receber da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Corrente		
Fornecedores de investimentos	23.707,27	-
Credores por acréscimos de gastos	132.330,04	111.870,93
Outros Credores	103.008,49	65.774,04
	259.045,80	177.644,97

A rubrica de Credores por Acréscimos de Gastos, no período findo em 31/12/2016, inclui o valor das remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias.

Na rubrica de Outros Credores consta, essencialmente, a percentagem de valor de coimas cobradas pela empresa a entregar às entidades ANSR (10%) e AT (35%), no valor total de 70 859,01€.

A rubrica Outros Credores inclui, ainda, valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, representando o valor de 19 995,79€ por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como se segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	10.883,95	8.856,54
Assistência técnica	5.481,17	5.296,25
Outros gastos a reconhecer	4.668,12	5.724,74
	21.033,24	19.877,53
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	14.324,72	12.123,82
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	14.324,72	12.123,82

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer inclui: o pagamento da renda do parque de Viaturas em Fim de Vida (VFV's) sito na Cova da Piedade, referente ao mês de janeiro de 2017 e gastos de serviços de vigilância entre outros.

A rubrica Rendimentos a Reconhecer, no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento.

11. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da empresa estava totalmente subscrito e realizado pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital no montante de 250 000,00€.

Os estatutos da Ecalma estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2016 e 2015, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Capital subscrito	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	859,40	345,86
Outras reservas	5.407,20	5.407,20
Resultados transitados	1.876,68	(2.745,18)
Outros instrumentos no capital próprio	69.072,31	118.940,51
Resultado líquido do exercício	584,86	5.135,40
	327.800,45	377.083,79

Na reunião da Câmara Municipal de Almada, realizada em 20 de Abril de 2016 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse período fosse aplicado da seguinte forma: 10% para Reservas Legais e o restante para Resultados Transitados.

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do período em causa.

Na rubrica “Outros instrumentos no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 19 995,79€ e 41 096,34€, nos períodos de 2016 e de 2015, respetivamente, redução justificada por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	25.355,86	25.569,97
Saldos vencidos (31-60 dias)	27.238,72	448,67
	52.594,58	26.018,64

13. Rédito

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, foram os seguintes:

	31.dez.2016	31.dez.2015
	Valor reconhecido	Valor reconhecido
Venda de bens	36.269,49	50 306,24
Veiculos em fim de vida	36.269,49	48.522,84
Outras sucatas	-	1.783,40
Prestação de serviços	1.368.190,90	1.258.039,97
Parquímetros/Parques	949.590,12	842.705,87
Fiscalização	416.412,97	413.028,39
Flexibus	2.187,81	2.305,71
	1.404.460,39	1.308.346,21
Juros credores	63,06	24,18

14. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

	BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO de RESULTADOS			
	Capital Próprio		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Subsídios relacionados com activos	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61		
Subs P/ Investimentos	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61		
Subsídios à exploração					297.000,00	297.000,00
Parques CMA					155.000,00	155.000,00
Flexibus					62.000,00	62.000,00
Residentes					80.000,00	80.000,00
	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61	297.000,00	297.000,00

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Serviços especializados	172.917,02	146.719,87
Trabalhos especializados	102.124,44	84.408,32
Publicidade e propaganda	4.686,50	166,00
Vigilância e segurança	5.796,27	2.507,23
Honorários	30.232,00	34.087,00
Conservação e reparação	15.857,52	14.329,89
Serviços bancários	11.611,76	9.118,84
Outros	2.608,53	2.102,59
Materiais	32.823,27	29.806,81
Ferramentas e utensílios	15.526,50	12.304,22
Livros e documentação técnica	261,04	207,13
Material de escritório	12.636,88	13.547,58
Artigos para oferta	1.756,57	1.044,78
Cartões parques	2.156,28	1.875,10
Cartões titulos transporte . Flexibus	486,00	243,00
Outros		585,00
Energia e fluidos	63.684,62	66.523,32
Eletricidade	49.649,93	50.837,26
Combustíveis	11.204,86	11.563,50
Água	2.829,83	4.122,56
Deslocações, estadas e transportes	570,28	1.421,35
Serviços diversos	143.609,96	168.957,08
Rendas e alugueres	34.763,22	47.209,02
Comunicação	79.711,43	90.612,37
Seguros	11.184,12	11.978,68
Contencioso e notariado	12.590,40	14.514,10
Despesas de representação	447,40	238,75
Limpeza, higiene e conforto	4.913,39	4.404,16
	413.605,15	413.428,43

16. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Remunerações Órgãos Sociais	36.825,24	39.598,24
Remunerações do pessoal	913.591,19	871.473,82
Encargos sobre Remunerações	204.480,13	195.272,87
Seguro Acidentes Trabalho	8.488,42	8.272,93
Outros gastos com Pessoal	69.084,82	30.077,62
	1.232.469,80	1.144.695,48

	31.dez.2016	31.dez.2015
Benefício de curto prazo (*)	1.219.779,48	1.130.951,41
Outros benefícios (**)	12.690,32	13.744,07
	1.232.469,80	1.144.695,48

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST, SNS

(**) Seguro de vida e saúde

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

A ECALMA, no exercício de 2016, aumentou o seu quadro de pessoal com novas contratações (Agentes de estacionamento e Auxiliares de serviços administrativos de fiscalização). Consequentemente, gerou um aumento das remunerações do pessoal e encargos.

Procedeu-se, ainda, aumento na estimativa de férias e subsídio de férias.

O número médio de trabalhadores ativos e/ou ao serviço no exercício de 2016 foi de 81 e em 2015 foi de 71.

17. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Descontos pp obtidos	268,78	-
Outros rendimentos	73.630,79	75.972,82
Correções relativas a períodos anteriores	8.537,67	3.480,40
Imputação de subsídios p/ investimentos	64.048,16	72.434,61
Outros rendimentos	1.044,96	57,81
	73.899,57	75.972,82

Na rubrica “Outros rendimentos” estão incluídos, essencialmente, valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 64 048,16€ e 72 434,61€, nos períodos de 2016 e de 2015, respetivamente, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Impostos	679,67	849,89
Outros gastos	11.164,82	12.073,55
Correções relativas a periodos anteriores	6.639,75	7.073,78
Outros gastos	4.525,07	4.999,77
	11.844,49	12.923,44

Na rubrica “Outros gastos” estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas.

18. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	14.077,42	23 174,04
Equipamento básico	82.883,04	63 916,92
Equipamento de transporte	2.446,08	3 042,61
Equipamento administrativo	14.721,32	10 782,63
Outros ativos fixos tangíveis	990,20	1 348,59
Activos Fixos Intangíveis		
Programa de computador	262,87	-
	115.380,93	102 264,79

19. Imposto sobre o rendimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Imposto corrente	1.537,79	2.895,67
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	31.dez.2016	31.dez.2015
Resultados Antes de Impostos	2.122,65	8.031,07
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.170,81	1.530,80
Multas, coimas, juros compensatórios	1.213,21	896,08
Outros acréscimos ao rendimento tributável	1.931,24	2.351,62
Restituição imp. não dedutíveis/excesso de estimativa para imp.	-	-
Lucro Tributável	6.437,91	12.809,57
Reporte de prejuízos fiscais	4.506,54	8.966,70
Matéria Coletável	1.931,37	3.842,87
Impostos à taxa em vigor	405,59	807,00
Tributação Autónoma	1.806,85	1.902,93
Derrama	93,35	185,74
Outros	768,00	-
IRC estimado para o exercício	1.537,79	2.895,67

20. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A Remuneração do Pessoal Chave da Gestão em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Conselho de Administração (*)		
Remunerações	36.825,24	39.598,24
Encargos	8.554,36	9.193,55
	45.379,60	48.791,79

(*) verba relevada e Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, um deles remunerado.

No exercício de 2016, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

Transações	31.dez.2016	31.dez.2015
SMAS		
. Abastecimento de Água	2.829,83	2.754,31
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	297.000,00	297.000,00
. Venda de títulos Flexibus	831,00	465,00
. Venda de títulos parquímetros (Raspadinhas)	425,00	0,00
. Aferição metrológica parquímetros	1.350,72	1.004,24
. Inspeção de elevadores parques estacionamento	439,16	258,34
. Desconto para ACSS/SNS	25.293,60	0,00
. Festival "Sol da Caparica"	4.240,00	5.570,00
Saldos	31.dez.2016	31.dez.2015
SMAS		
. Abastecimento de Água	184,76	205,01
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	0,00	0,00
. Venda de títulos Flexibus	78,00	87,00
. Aferição controlo metrológico parquímetros	(47,81)	0,00
	30,19	87,00

Refira-se, ainda, que a ECALMA é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.

21. Acontecimentos após a data do balanço

Na presente data, o Conselho de Administração da ECALMA não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

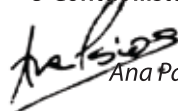
22. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2016 apurou-se o Resultado Líquido de 584,86 euros, propondo-se que seja transferido na sua totalidade, para a conta de reservas legais.

23. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2017, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação.

O Contabilista Certificado


Ana Páscoa

A Administração


Rui Jorge Martins
(Presidente do Conselho de Administração)


Fernanda Gaspar
(Vogal Executiva do Conselho de Administração)